



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE
4º OFÍCIO – CIDADANIA**

ATA 46/2025 GABPR9-IMS - PR-SE-00018756/2025

Aos **27 dias do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na Sala dos Conselhos da Universidade Federal de Sergipe**, reuniram-se o Procurador da República Igor Miranda da Silva, representantes da Universidade Federal de Sergipe e protetores independentes de animais do Campus São Cristóvão, para tratar de assunto referente às medidas adotadas para proteção dos animais na UFS, no interesse da Ação Civil Pública n. 0806335-94.2024.4.05.8500 e do Procedimento de Acompanhamento n. 1.35.000.001252/2024-61.

De início, o Procurador da República signatário esclareceu aos presentes a existência da Ação Civil Pública n. 0806335-94.2024.4.05.8500 e das problemáticas identificadas no âmbito do cuidado aos animais no campus São Cristóvão da UFS, bem como as deficiências de ensino e estrutura do Departamento de Medicina Veterinária da UFS e do HVU. Esclareceu a relevância da participação dos protetores independentes para a construção de soluções coletivas relativas aos cuidados dos animais, sobretudo no campus, que demanda a elaboração de políticas públicas.

Passada a palavra, a Professora da UFS e Protetora Ana Faleiros fez uma apresentação com a exposição de imagens (em anexo) demonstrando diversos casos de abandono no campus São Cristóvão, bem como troca de mensagens que indicam ausência de resposta dos órgãos competentes, tendo, em seguida, questionado sobre a ausência de soluções coletivas para os problemas enfrentados. Ela atribuiu tal cenário ao excesso de burocracia e à falta de diálogo entre os responsáveis e protetores de animais.

O Procurador da República signatário, fez um questionamento sobre o número de lares temporários que há disponível e mencionou a informação trazida ao longo da fala da Professora Ana Faleiros quanto a disponibilização de 150 vacinas para campanha, das quais supostamente apenas 48 foram utilizadas, solicitando esclarecimentos.

Na sequência, a Protetora Vanessa Farias Barreto denunciou a persistência dos problemas e alegou que o número de gatos no campus chegou a 700. Adicionalmente, relatou experiências de mau atendimento no Hospital Veterinário Universitário (HVU), com destrato de profissionais e ausência de atendimento, algo rotineiro de acordo com seu relato.

A Dra. Sonia Bianchi, Médica Veterinária, afirmou seu compromisso com os animais do campus. Contudo, salientou que sua clínica não possui a estrutura necessária para atender animais com doenças infectocontagiosas, uma vez que estas demandam uma ala separada, destacando recentes casos de esporotricose.

O Procurador da República signatário frisou que a esporotricose tem se tornado cada vez mais comum na UFS de acordo com relatos dos próprios protetores,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE
4º OFÍCIO – CIDADANIA**

representando um risco inclusive para alunos, professores e servidores. Uma professora presente reforçou que essa é uma questão de saúde pública, cuja responsabilidade recai sobre o município e o estado.

Em complemento, o Procurador da República Ígor Miranda indicou aos presentes a informação, apresentada pela UFS no processo judicial em curso (ACP n. 0806335-94.2024.4.05.8500) de que o valor licitado para ração atingiu R\$ 800 mil em 2024, em contraponto às diversas alegações dos presentes de que a ração é de má qualidade. Os gestores da UFS, por sua vez, argumentaram que o valor gasto ao final foi significativamente menor, ao final da licitação, mas que comunicariam o valor exato no ano de 2025.

O Professor Edizio, do Departamento de Medicina Veterinária (DMV/UFS), explicou detalhadamente a esporotricose, suas causas e consequências. Inclusive com possibilidade de eutanásia.

O Reitor da UFS discorreu sobre as limitações financeiras e as dificuldades orçamentárias da Universidade. **Ele afirmou o interesse de buscar soluções para acelerar as castrações e os cuidados com os animais, seja por meio do HVU ou diretamente, comprometendo-se a retomar imediatamente as castrações. E se comprometeu, independente de atuação do Hospital Veterinário Universitário, iniciar programa de castração de animais do campus. Asseverou que caso haja provocação efetuada intervenção necessária no HVU. A manifestação do reitor ficou registrada como encaminhamento por parte do gestor máximo da UFS.**

A Protetora Tiah trouxe à pauta o problema dos cachorros soltos no campus e o risco de ataques e violência. Pontuou que há necessidade de treinamento dos terceirizados e promoção de educação da população circundante.

A Protetora Elza Francisca manifestou insatisfação com a forma como as pessoas que atuam no campus têm sido tratadas. Ela apresentou sugestões por escrito (em anexo), sugerindo a ampliação da comissão de saúde e bem-estar animal da Universidade, bem como a revisão da portaria que desautorizou os vigilantes a abordar quem entra no campus.

O Procurador da República signatário propôs como encaminhamento um prazo para que a UFS promova a abertura de consulta e a alteração da portaria que regulamenta a Comissão de Saúde e Bem-Estar Animal (Portaria nº 304, de 17 de março de 2021), com a inclusão da comunidade acadêmica, com a presença de profissional médico veterinário e a criação de um cronograma para reuniões da comissão; assim como registro de planos e resultados. A proposta foi aceita pelo CGA.

O Professor Emerson Ticoná, Coordenador do Departamento de Morfologia, ressaltou a necessidade de um médico veterinário na Coordenação de Gestão Ambiental (CGA), colocando-se à disposição para auxiliar nas atividades. Destacou,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE
4º OFÍCIO – CIDADANIA**

ainda, que o Departamento de Morfologia pode contribuir inclusive com a realização de exames.

A Coordenação de Gestão Ambiental (CGA) apresentou slides (em anexo) com o diagnóstico atual e uma proposta de atuação para cuidado dos animais do campus. Foi registrado pelos protetores presentes que o serviço do Corpo de Bombeiros se recusa a realizar o resgate de animais. Dr. Igor Miranda, na oportunidade, enfatizou a necessidade de buscar quem possui expertise na procura por gatos e cães. A professora responsável pelo CGA indicou que está sendo planejado um espaço modular de manejo humanitário, e sugeriu-se um novo cálculo da quantidade de animais, pois a alegação é que o número de 700 está superdimensionado. Foi indicado que está no planejamento contabilizar os cães e sugerida a realização de uma reunião para definir onde podem ser afixadas placas de redução de velocidade. Que o CGA conta com dois estagiários para realização de contagem de censo animal do campus, e fica franqueado o acesso para outros discentes interessados. Apenas com a vinda de um médico veterinário os discentes do curso de medicina veterinária poderão estagiar no setor.

No tema censo, o Procurador da República ressaltou a existência de termos de convênios com o município de São Cristóvão e Aracaju para a realização de levantamento de censo populacional. Sendo necessário exigir do departamento de medicina veterinária, especialmente dos professores diretamente responsáveis atuação no próprio campus.

A professora Laura Jane pontuou que a gestão precisa de burocracia para ter responsabilidade de atuação, entretanto, afirmou que não é verdadeira a informação que toda a atuação de protetores no Campus exigirá registro imediato no sistema SEI UFS.

Apontou a abertura para diálogo e que realização levantamento de protetores, ONGs e clínicas sociais que dão apoio aos animais do campus. Antes mesmo do referido levantamento efetuarão a construção de um grupo de comunicação.

A CGA esclareceu, que diferente de gestão anterior, admite impossibilidade de atendimento e recolhimento de todos os animais em vulnerabilidades no campus, por isso, contam com o apoio de toda a comunidade acadêmica.

Foi registrada a ausência de representantes do Hospital Veterinário Universitário, apesar de devidamente convidados.

A ATA foi assinada pelo Procurador da República Igor Miranda da Silva e encaminhada aos demais presentes por e-mail. Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por encerrada.

**ÍGOR MIRANDA DA SILVA
PROCURADOR DA REPÚBLICA**